



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

PARECER DE REGULARIDADE Nº006/2023 – CONTROLE INTERNO

A Sra. Márcia Gomes da Silva, brasileira, auxiliar técnica financeira, responsável pelo Controle Interno da Câmara de Mojuí dos Campos, Estado do Pará, nomeada nos termos da Portaria nº003/2023, de 01 de janeiro de 2023, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do § 1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCM de 01 de julho de 2014, que analisou o Processo Administrativo nº004/2023-CMMC, como segue:

INTERESSADO	Câmara Municipal de Mojuí dos Campos - CMMC
PROCESSO ADMINISTRATIVO	Nº004/2023-CMMC
PROCESSO LICITATÓRIO	Proc. Inexigibilidade nº 004/2023-CMMC
ORDENADOR DA DESPESA	Jesânias da Silva Pessoa
CONTRATADO	J. S. VIEIRA ASSESSORIA E SISTEMAS
CNPJ:	23.700.711/0001-46
VALOR	R\$ 7.800,00 (Sete mil, oitocentos reais)
OBJETO: Contratação de empresa especializada nos sistemas “legislativo” – sistema de gerenciamento e controle de SITE para câmara municipal e hospedagem do domínio, “aE-sic” – sistema de informação ao cidadão, “aOuvidoria e Fale conosco” – sistemas de ouvidoria municipal, conforme as exigências da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	

Para dar cumprimento ao que dispõe os arts. 31 e 74 da Constituição Federal e § 1º, do art. 11 da Resolução nº 11.535/TCM de 01 de julho de 2014, bem como outras exigências, o presente parecer é a comprovação de atendimento à norma, para isso, declaro que o processo acima referido, se encontra:

Preliminarmente:

Trata-se de licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação, Nº 004/2023-CMMC, cujo objeto é *“Contratação de empresa especializada nos sistemas “legislativo” – sistema de gerenciamento e controle de SITE para câmara municipal e hospedagem do domínio, “aE-sic” – sistema de informação ao cidadão, “aOuvidoria e Fale conosco” – sistemas de ouvidoria municipal, conforme as exigências da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011”*, em que o processo foi remetido ao Sistema de Controle Interno para apreciação quanto à legalidade e verificação das demais formalidades.

Análise e Avaliação:

O processo foi instruído com base no Art. 25, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como demais normas pertinentes, onde se verifica a realização dos seguintes atos:

- Ofício nº008/2023-DF solicitando ao presidente da Câmara a necessidade de Contratação de empresa especializada nos sistemas “legislativo” – sistema de gerenciamento e controle de SITE para câmara municipal e hospedagem do domínio, “aE-sic” – sistema de informação ao cidadão,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

“aOuvidoria e Fale conosco” – sistemas de ouvidoria municipal, conforme as exigências da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.;

- Proposta comercial da empresa;
- Autorização do presidente da Câmara para a Contratação de empresa especializada nos sistemas “legislativo” – sistema de gerenciamento e controle de SITE para câmara municipal e hospedagem do domínio, “aE-sic” – sistema de informação ao cidadão, “aOuvidoria e Fale conosco” – sistemas de ouvidoria municipal, conforme as exigências da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.;

- Projeto Básico;
- Justificativa do Departamento Financeiro;
- Demonstrativo de Dotação Orçamentária e lastro;
- Parecer favorável com manifestação favorável a contratação;
- Portaria de designação de fiscal nº018/2023, de 01 de fevereiro de 2023;
- Termo de ciência e concordância – Fiscal Titular;
- Termo de ciência e concordância – Fiscal Suplente;

- Documentação da empresa:

- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;
- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Consulta Quadro de Sócios e Administradores – QSA;
- Alvará de Licença – 2022, Data de validade: 10/04/2023;
- Alteração de empresário individual;
- Requerimento de empresário;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão de Regularidade de Natureza Tributária;
- Certidão de Regularidade de Natureza Não Tributária;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- Certidão Conjunta Negativa – processo nº119659/119/2022;
- Certidão Negativa de Distribuição (Especial – Ações Cíveis e Criminais) 1ª e 2ª Instâncias;
- Certidão Negativa de Distribuição (Especial – Ações de Falências e Recuperações Judiciais) 1ª e 2ª Instâncias;
- Certidão Negativa de Distribuição (Especial – Ações Criminais) 1ª e 2ª Instâncias;
- Certidão Negativa de Distribuição 9Ações Cíveis) 1ª a 2ª Instâncias);
- Registro de Empregado – Lazaroni Saraiva Barros;
- Diploma de Graduação Tecnológica em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Lazaroni Saraiva Barros;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

- Instrumento Particular de Contrato de Representação em TI dos Sistemas Pertencentes ao Portfólio da Empresa Representada;
- CNH Digital – Jackson da Silva Vieira;
- Atestado de Capacidade Técnica – Prefeitura Municipal de Mãe do Rio;
- Atestado de Capacidade Técnica – Câmara Municipal de Tucumã.

Conclusão:

O processo encontra-se autuado, protocolado, não sendo verificada nenhuma irregularidade que o torne reprovado, portanto se apresenta:

(X) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

() Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo.

() Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedade ou ilegalidades enumeradas no parecer de Controle interno.

Recomendamos a comissão de licitação fazer a inserção no Mural de Licitação do TCM/PA e site da Câmara Municipal de Mojuí dos Campos www.camaramojuidoscampos.pa.gov.br, Portal da Transparência.

Declara por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências devida.

Mojuí dos Campos (PA), 09 de fevereiro de 2023.

MÁRCIA GOMES DA SILVA
Controle Interno
Portaria nº003/2023